

Goncalves, Carlos Walter Porto. **A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST.**
En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005-
. -- ISSN 1515-3282

Disponibile en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/AC16PortoG.pdf>

Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la Red CLACSO
<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>
biblioteca@clacso.edu.ar

A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST¹

Carlos Walter Porto-Gonçalves*

* *Doutor em Geografia e professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; integrante do Grupo do Trabalho Hegemonia e Emancipações de CLACSO e ex presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1998-2000).*

Os anos 90 viram adentrar à cena política latino-americana dois movimentos sociais cuja significação política vai muito além das suas reivindicações específicas: o zapatismo, no México, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil. Depois da derrocada dos regimes políticos do leste europeu, com o triunfalismo que se seguiu com alguns intelectuais chegando mesmo a decretar o fim da história, a emergência desses dois movimentos sociais teve o mérito de repor aquilo que parecia está sendo olvidado, isto é, o caráter contraditório do sistema-mundo moderno-colonial. Numa quadra histórica em que o pensamento único de corte neoliberal dominava 'corações e mentes' é compreensível que o zapatismo e o MST também passassem a ser vistos com um triunfalismo de sinal trocado onde, muitas vezes, se transferia para esses novos protagonistas a missão histórica que, antes, se destinava ao proletariado. Todavia, para além de triunfalismos de parte a parte, esses movimentos sociais trazem ao debate questões

teóricas e políticas profundas que, para serem entendidas, exigem a compreensão da nova configuração, inclusive geográfica, das lutas de classes no mundo atual.

O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se inscreve numa longa trajetória de lutas sociais no campo brasileiro. Seu nascimento formal, em janeiro de 1984, é parte do novo ciclo de protestos sociais (Tarrow, 1994) de finais dos anos 70 nos marcos das lutas democráticas contra o regime ditatorial sob tutela militar que se impôs à sociedade brasileira entre 1964 e 1985. O Movimento de *Trabalhadores Rurais Sem Terra* carrega em seu próprio nome essa trajetória de lutas. Até o nascimento do MST as lutas no campo estavam diretamente ligadas aos sindicatos de *trabalhadores rurais* articulados nacionalmente em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Foi em torno dessa identidade de *trabalhadores rurais*, de *trabalhadores na agricultura*, sobretudo depois de 1968 quando os setores “mais combativos” sob influência do Partido Comunista retomaram a entidade que estava sob intervenção do regime ditatorial desde 1964, que as lutas no campo brasileiro mantiveram uma articulação à escala nacional. Assim, foi por meio dos sindicatos e da CONTAG que uma construção simbólico-política identitária de *trabalhadores rurais* se afirma nacionalmente se impondo sobre a enorme diversidade geo-socio-cultural de nosso mundo rural.

Ao mesmo tempo que o Movimento de *Trabalhadores Rurais Sem Terra* carrega em seu nome essa história, sua sigla –MST– acentua um fenômeno que se generaliza no Brasil pós-anos 60, isto é, a presença de trabalhadores *sem terra* que resulta da modernização conservadora e sua revolução verde.

Hoje, podemos afirmar com segurança, que uma profunda reorganização societária estava em curso no Brasil já à época da constituição desses movimentos. O processo industrialização por substituição de importações iniciado nos anos 30, ensejara uma nova divisão inter-regional do trabalho por meio da integração rodoviária nacional, acentuando a migração e, assim, contribuindo para uma nova conformação sociogeográfica do poder no campo brasileiro (Porto-Gonçalves, 2004). Sublinhe-se que a Igreja Católica era parte da estrutura de poder tradicional e o processo de desruralização e de sub-urbanização, que só crescerá desde então, impõe à própria igreja novas questões à sua própria sobrevivência². O MST será, tal como o Caliban de Retamar (Fernández Retamar, 2004), uma síntese criativa dessas experiências emancipatórias tecidas no terreno movediço da história, o que pode ser observado tanto por sua teatralidade com forte componente místico, herdeiro de tradições religiosas, como por suas bandeiras vermelhas, ideologia socialista professada por seus principais líderes, esta herdeira da presença histórica dos socialistas e dos comunistas nas lutas do campo brasileiro.

“O processo de des-ruralização e sub-urbanização se acentuou ensejando diferentes tensões com a expansão viária e com a construção de barragens que introduziram no léxico político outros protagonistas que se reinventam social, cultural e politicamente nesse novo contexto político nacional-globalizado autoritário”

Todavia, essa aproximação de vertentes ideológicas historicamente tão distantes, como os comunistas e os católicos, tem as marcas de um dramático processo de repressão com o golpe de estado de 1964, quando se internalizam no Brasil novas contradições geopolíticas globais, com o anticomunismo cujo maniqueísmo se sobrepõe ao maniqueísmo de longas raízes históricas coloniais que, entre nós, já negava ao outro, ao diferente, até mesmo a condição de humanos, onde os indígenas, os mestiços, os caboclos, os ladinos, os negros, os camponeses, enfim, os pobres em geral são selvagens, bárbaros, preguiçosos³. É nesses marcos ideológicos e políticos que se desenvolverá uma profunda transformação sociogeográfica do país, conhecida como *modernização conservadora* cuja compreensão, tanto do ponto de vista político como tecnológico, ambos profundamente ideologizados pela guerra fria, é fundamental para entendermos a importância do MST e todo o seu potencial emancipatório para humanidade e para o planeta na nova configuração da questão agrária para o planeta e a humanidade.

O MST: logros e desafios da reinvenção do campesinato

A sociedade brasileira passou durante a ditadura por transformações profundas com um desenvolvimento capitalista sem precedentes, conhecido como *milagre brasileiro* que, por suas contradições, ensejou que um vigoroso e multifacetado movimento social surgisse no campo como resistência a esse modelo nacional-globalizado autoritário. De lá para cá o processo de des-ruralização e sub-urbanização se acentuou ensejando diferentes tensões com a expansão viária e com a construção de barragens que introduziram no léxico político outros protagonistas⁴ que se reinventam social, cultural e politicamente nesse novo contexto político nacional-globalizado autoritário. A partir de então, e definitivamente, a experiência da diferença estará presente no movimento

social do campo brasileiro se constituindo num dos seus maiores desafios epistêmico-políticos. Talvez uma das mais ricas contribuições do MST seja exatamente essa *experiência da diferença* que, todavia, é bom que se registre, até mesmo pela novidade e pela envergadura do desafio de que se reveste, não está livre de contradições.

Um dos objetivos centrais do MST na luta pela reforma agrária é a luta contra o latifúndio enquanto fonte que sustenta uma estrutura de poder extremamente desigual que, no Brasil, adquire enorme importância exatamente pela extrema concentração fundiária. Ao contrário do que muitos vêm assinalando (Navarro, 2002), o latifúndio não só vem se fortalecendo com a modernização agrícola, como vem mantendo as mesmas práticas autoritárias e violentas (CPT, 2003) que, sempre, caracterizaram nossa formação social. A centralidade e a atualidade desta luta é, portanto, um dos maiores acertos do MST na sua estratégia política que vem sendo posta em prática por meio de ocupações de terra e, desde 2000, por meio também de acampamentos⁵. O acerto da estratégia, todavia, longe está de significar êxito, como demonstram a lentidão da Reforma Agrária, mesmo no Governo Lula, e o aumento da concentração fundiária no país, apesar do sucesso localizado das ações do MST. A multiplicação de assentamentos, em número crescente e sem precedente, nos últimos cinco anos relaciona-se diretamente às pressões realizadas pelo MST que além de manter a Reforma Agrária como tema no cenário político brasileiro, com seus assentamentos⁶ e demais atividades como cooperativas⁷ e escolas⁸, vem sendo responsável por dinamizar economicamente regiões antes “adormecidas” que, “com a chegada da organização dos sem-terra e seus líderes, ou seja, por um novo conjunto de ‘agricultores-tornados-dirigentes-municipais’, que passaram a pressionar mais intensamente as instituições locais, interferindo mais incisivamente na implantação das políticas governamentais e, em especial, passando a exercer maior vigilância sobre as práticas políticas” (Navarro, 2002). Considere-se, ainda, o número de pessoas que encontram acesso à terra nesses assentamentos para que tenhamos uma idéia de como o MST vem, também, contribuindo para não engordar as dramáticas cifras de desemprego nas cidades, não por falta de dinamismo da economia mas, ao contrário, pelo novo dinamismo derivado da revolução nas-relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia.

O fato de diferentes segmentos sociais como arrendatários, assalariados rurais, posseiros, sem-terra, camponeses variados viverem todos, de diferentes modos, conflitos com o capital nacional-globalizado coloca-os frente ao desafio de unificarem suas lutas. Eis o que, talvez, seja o maior desafio a ser enfrentado por esses diferentes grupos/classes/camadas sociais que, assim, exigem mediadores criativos e com clareza desse duplo movimento entre a diversidade e a unidade na luta pela igualdade e pela diferença. Esse é o desafio e, diria, também, a qualidade que a nova questão agrária e os diferentes movimentos sociais no campo trazem e que o MST vem contraditória e



© Douglas Mansur

criativamente buscando construir, qual seja, trazer a diferença para o centro do debate político de modo radical e não simplesmente retórico, tão ao gosto dos pós-modernos (Anderson, 1984; Porto-Gonçalves, 2001).

O MST vem mantendo uma criativa capacidade de organização nacional dessas lutas o que implica, sempre, unificar temporalidades distintas e, com freqüência, tensões e contradições se manifestam. A própria multiplicação de siglas de entidades no campo brasileiro é uma das expressões não só da luta entre mediadores, mas também dessa permanente tensão entre a diversidade e a unidade⁹. Observe-se que o MST se desenvolve sobretudo num momento de crise tanto dos partidos de esquerda, como das organizações em torno das quais ela havia construído sua cultura política, como os sindicatos. Todavia, enquanto movimento social o MST tem também mantido uma rica e ambígua, alguns diriam dialética, relação entre a institucionalidade e a autonomia, entre a reforma e a revolução, para nos manter no escopo discursivo do campo da esquerda. No lugar de visar a tomada do poder, o MST tem assumido a mundana e contraditória tarefa de criar espaços de vida própria, de autonomia nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos por meio de cooperativas e escolas, recuperando as melhores tradições anarquistas (Universidades Livres, por exemplo). Ao mesmo tempo, o MST vem conclamando outros segmentos da sociedade a se mobilizarem não só porque 'a reforma agrária é uma luta de todos', como seu *slogan* afirma, como também vêm se colocando explicitamente temas de interesse geral, como na recente Marcha a Brasília de maio de 2005.

Uma nova configuração da questão agrária está em curso e novas questões têm se apresentado ao debate, como é o caso dos organismos laboratorialmente modificados. Trata-se de um tema estratégico para todos os envolvidos nas lutas emancipatórias, sobretudo no campo. Afinal, este tema não pode ser resumido ao debate acerca da poluição do ambiente, em si mesmo importante. É um tema rigorosamente vital para todos os que se colocam numa perspectiva emancipatória e, assim, é muito mais do que um tema controvertido. O envolvimento do MST e da Via Campesina nesse tema torna-os estratégico, e não só para si mesmos, mas para toda a humanidade. A natureza volta a adquirir centralidade no debate do devir histórico e, com isso, traz para o centro da cena uma série de sujeitos sociais que acreditávamos estarem fadados à extinção e que emergem dos campos, dos cerrados, das florestas, dos mangues e dos povos que teceram suas matrizes de racionalidade com esses ambientes. Aliás, essas populações são hoje detentoras de um acervo de conhecimento diversificado, um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e habitam os maiores acervos de biodiversidade, posto que são áreas que ficaram a salvo das monoculturas e sua pobre diversidade genética¹⁰ típicas da agricultura capitalista. Assim, a questão agrária não só se urbaniza como se mundializa e, assim, faz sentido uma internacional camponesa, como a Via Campesina, da qual o MST é um dos principais protagonistas. Há, assim, um linha que aproxima tanto a Monsanto ao McDonald como, contraditoriamente, os agricultores franceses ao MST, aos camponeses e indígenas hondurenhos, aos zapatistas, aos cocaleros, aos mapuche, aos indigenatos equatorianos, mexicanos, aos piqueteros, aos sem-tetos...

O MST e o Governo Lula

A chegada ao governo de Lula da Silva, em 2003, trouxe a expectativa de que, afinal, a reforma agrária seria feita para além das retórica com que, sempre, a questão foi tratada. Desde então, a temperatura política no campo

“Essas populações são hoje detentoras de um acervo de conhecimento diversificado, um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e habitam os maiores acervos de biodiversidade, posto que são áreas que ficaram a salvo das monoculturas e sua pobre diversidade genética típicas da agricultura capitalista”

subiu, como pode ser visto pelo aumento do número de conflitos, de pessoas assassinadas (73 em 2003, e 68¹¹ em 2004), de famílias despejadas que, só em Mato Grosso, atingiu um número equivalente a 6,2% de toda a população rural no ano de 2003. Além disso, assinala-se, as ações de violência institucionalizada pelo poder judiciário, sobretudo nas unidades estaduais (provinciais), por meio de prisões e de ordens judiciais de despejo, aumentou em níveis muito maiores que as ocupações de terra. Todos esses números se colocam entre os maiores, desde que a CPT começou, em 1985, a fazer registros sobre a violência no campo. Não só aumentou o número de acampamentos e de ocupações¹² feitas pelos que lutam por reforma agrária como, sobretudo, a violência dos grandes proprietários, principalmente nas áreas da agricultura mais moderna (Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, sul do Maranhão, oeste da Bahia, norte do Espírito Santo). O governo Lula, por seu lado, vem tomando o agronegócio como um dos seus pilares de sustentação, tendo até mesmo nomeado o Presidente da Associação Brasileira de *Agribusiness*, o Sr. Roberto Rodrigues, para Ministro da Agricultura, e o Sr. Luis Fernando Furlan, proprietário de uma das maiores empresas brasileiras do setor agroindustrial, a Sadia, para seu Ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O governo Lula também assumiu posições contrárias aos que lutam pela Reforma Agrária em questões estratégicas, como a que culminou na liberação do plantio e comercialização de produtos transgênicos e, ainda, com a demissão do Sr. Clayton Campanhola da Presidência da Embrapa¹³, ele que tinha compromisso com um desenvolvimento tecnológico com sentido democrático já que voltado para a agricultura familiar, e nomeado o Sr. Silvio Crestana, cuja proposta vai na perspectiva da busca de competitividade internacional, no melhor jargão produtivista e economicista do *agrobusiness*. São, ainda, exageradamente desproporcionais os recursos públicos destinados aos poucos grandes empresários do setor do *agrobusiness* vis a vis os destinados aos milhões de pequenos produtores, conforme dados oficiais do orçamento da União (cerca de R\$ 28 bilhões contra aproximadamente US\$ 4,5 bilhões em 2004).

Tudo indica que há uma crença no governo Lula na possibilidade de convivência entre o *agrobusiness* e a reforma agrária. Os dados e fatos acima não corroboram essa hipótese, bastando observar-se que a violência tem sido maior exatamente nas áreas mais modernas e, ainda, o fato de a intensidade da ação do poder judiciário crescer mais proporcionalmente que as ocupações e o número de conflitos. Várias situações, algumas vividas pessoalmente pelo próprio Presidente Lula, sinalizam essa contradição como, por exemplo, quando o Presidente esteve no sul da Bahia, em finais de 2004, e visitou um acampamento, o *Lulão*, quando se comprometeu, em um discurso emocionado, com o pronto assentamento daquelas famílias. Ao sair do *Lulão*, o Presidente visitou, na mesma região, um dos maiores grupos empresariais do setor de papel e celulose, a Veracel do Grupo Aracruz. Ocorre que o órgão do governo responsável pelo setor da reforma agrária, o INCRA, se diz sem recursos financeiros¹⁴ para comprar terras para fazer o assentamento

definitivo dos que vivem no *Lulão*, não só pelos escassos recursos¹⁵ destinados ao órgão como, principalmente, pelo fato do preço da terra ter subido exponencialmente com a expansão das empresas de papel e celulose na região. E assim tem sido em diferentes regiões.

Tudo isso, aliado aos números acanhados de assentamentos de famílias nos dois primeiros anos do governo Lula, levou o MST a desencadear, em 2005, uma nova fase de mobilização, cujo momento de maior visibilidade foi a Marcha Nacional pela Reforma Agrária que chegou a Brasília em 17 de maio. O MST abandonou a proposta de pressionar o governo a assentar 1.000.000 de famílias, conforme promessa na campanha eleitoral, e acordou com o governo um novo compromisso de assentar 430 mil famílias até o seu final¹⁶. Todavia, nem esse novo compromisso vem sendo cumprido: em 2003, o governo havia se comprometido a assentar 60.000 famílias e assentou somente 36.000. Em 2004, o compromisso era assentar 115.000 famílias e só foram assentadas 81.200 (*Folha de São Paulo*, 15/05/2005).

No documento entregue pelo MST ao governo na recente marcha, destaco 7 pontos por nos ajudar na compreensão não só da leitura que o movimento vem fazendo do passado como pelo que aponta para o futuro, a saber:



© Francisco Rojas

1) o fato de o movimento, mesmo depois da tão decantada modernização do campo brasileiro, ainda ter que reivindicar a punição de assassinos de trabalhadores rurais e

2) a nova amplitude que a luta pela reforma agrária vem assumindo, com o fato de exigir a demarcação das terras indígenas e das populações afrodescendentes em seus territórios de liberdade –os quilombos. Esse fato realmente inovador terá, sem dúvida, enormes conseqüências, até porque as elites brasileiras têm como política anti-reforma agrária, a colonização, ou seja, a expansão para terras supostamente vazias nas áreas consideradas como fronteiras, o que não corresponde à realidade posto que são ocupadas pelos povos originários (indígenas) e pelos quilombolas. Destaquem-se, ainda, as propostas de democratizar a democracia, para usar a bela expressão de Boaventura de Sousa Santos, ao reivindicarem não só

3) a democratização dos meios de comunicação ('a reforma agrária do ar') mas, principalmente, por assumir a luta pela combinação da democracia representativa com a democracia participativa, cuja importância Norberto Bobbio já salientara, com

4) a exigência de regulamentação dos plebiscitos e outros processos de iniciativa popular. A experiência venezuelana de reinvenção democrática é, nesse sentido, alvissareira o que, sem dúvida, se constitui numa das mais importantes iniciativas contra as tradições clientelísticas, patrimonialistas e populistas. O documento entregue pelo MST, além de pautar questões globais diretamente ligados ao mundo rural, como

5) a luta contra os organismos laboratorialmente modificados (mais conhecidos como transgênicos), torna, mais uma vez públicas, as buscas que o MST, por meio da Via Campesina, vem fazendo no sentido de se associar às lutas de povos oprimidos, vide sua participação junto aos palestinos, mas também por alertar

6) as contradições da própria política externa do governo Lula, sobretudo, por sua equivocada presença militar no Haiti. Enfim, o MST, talvez como o mais importante movimento social organizado em torno do campesinato e demais grupos sociais e étnicos do campo, vem se apresentando junto com outros movimentos por meio da Via Campesina, como guardiões do patrimônio de condições naturais de reprodução material e simbólica que são vitais para a humanidade, entre os quais se inscrevem as suas

7) lutas pela água, pela preservação da fertilidade do solo e riqueza da diversidade biológica e de seus cultivares.

Como se vê, estamos diante de novos protagonistas na cena política global e protagonistas com inscrição local/regional muito bem definidas e que sinalizam para uma nova configuração da escala nacional num contexto mundializado.

Bibliografia

Amin, Samir 2003 *O capitalismo e a nova questão agrária*. Fórum do Terceiro Mundo, Senegal. Publicado no site Planeta Porto Alegre em 03/11/2003.

Anderson, Perry 1984 *Linhagens do estado absolutista* (Porto: Afrontamento).

Carvalho, Horácio Martins 2002 "A Emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)" em Sousa Santos, Boaventura de (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

CPT - Comissão Pastoral da Terra 2004 *Conflitos no Campo - Brasil 2003* (Goiânia: CPT).

CPT - Comissão Pastoral da Terra 2005 *Conflitos no Campo - Brasil 2004* (Goiânia: CPT).

Fernandes, Bernardo Mançano 1999 *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, 1979-1999* (São Paulo: USP) Tese de doutoramento.

Fernández Retamar, Roberto 2004 *Todo Caliban* (Buenos Aires: CLACSO).

Lander, Edgardo 2000 *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: CLACSO).

Leff, Enrique 2004 *Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza* (México: Siglo XXI).

Luxemburgo, Rosa 1986 *Reforma social ou revolução?* (São Paulo: Global) Vol. 48, Coleção Bases.

Medeiros, Leonilde Sérvolo 1989 *História dos Movimentos Sociais no campo* (Rio de Janeiro: Fase).

Navarro, Zander 2002 "Mobilização sem emancipação. As lutas sociais dos sem-terra no Brasil" em Sousa Santos, Boaventura de (org.) 2002 *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2001 "Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades" em Ceceña, Ana Esther e Sader, Emir (org.) *La Guerra Infinita. Hegemonía y terror mundial* (Buenos Aires: CLACSO).

Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2004a *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira* (Brasília: Ibama).

Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2004b "Violência e democracia no campo. O que dizem os dados de 2003" em CPT *Conflitos no Campo - Brasil 2003* (Goiânia: CPT).

Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2005 *A Reinvenção dos Territórios. A experiência da América Latina e do Caribe*. Grupo Hegemonia e Emancipações de CLACSO, no prelo.

Said, Edward 1996 *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (São Paulo: Cia. das Letras).

Sousa Santos, Boaventura de (org.) 2002 *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Tarrow, Sidney 1994 *Power in movement: Social Movements, Collective Action and Politics* (Cambridge: Cambridge University Press).

Tasso, Pablo 2004 "Occidente: paradigma de civilización brutal" em Sosa Elízaga, Raquel (org.) *Sujetos, víctimas y territorios de la violencia en América Latina* (México DF: Universidad Autónoma de la Ciudad de México).

Thompson, E. 1996 *Costumes em Comum* (São Paulo: Cia. das Letras).

Zibechi, Raúl 2005 *A produção de vínculos*. Grupo Hegemonia e Emancipações de CLACSO, no prelo.

Notas

1 N. del E.: publicamos nesta ocasião uma versão resumida do presente artigo, o texto completo pode consultar-se na sessão debates do web site do OSAL <<http://osal.clacso.org>>.

2 O Concílio Vaticano II, a CELAM (Conferência do Episcopado Latino-americano - Medellín e Puebla), Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base devem ser vistas dentro desse contexto sociogeográfico.

3 E. Said já havia nos alertado, para além das análises de caráter economicistas e sem desconsiderar o lugar da economia sob as relações sociais e de poder capitalistas, que o colonialismo e o imperialismo "se encontram suportados e às vezes apoiados por impressionantes formações ideológicas que incluem a convicção de que certos territórios e povos necessitam e rogam ser dominados, assim como noções que são formas de conhecimento ligadas a tal dominação" (Said, 1996; Tasso, 2004).

4 Tais como o Movimento pela Sobrevivência na Rodovia Transamazônica ou na BR 364; os Povos da Floresta, com seringueiros se aliando a indígenas; o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens; os colonos do sul que, nos anos 1970, experimentavam a condição, nova para eles, de sem terra, além de indígenas e de quilombolas, enfim, o campesinato e demais trabalhadores rurais, comunidades indígenas e de afrodescendentes, etcetera.

5 Com a legislação criada no governo FHC de proibir a desapropriação das terras ocupadas, o MST passou fazer uso de uma nova tática com acampamentos à beira da estrada, ou por meio de ocupações de terras próximas às que visava a desapropriação.

6 Segundo Horácio Martins de Carvalho, "até o final do ano 2000 havia aproximadamente 250.000 famílias em cerca de 1.500 assentamentos que se identificavam com o MST. Isso significou uma área libertada do poder dos capitalistas de sete milhões de hectares" (Carvalho, 2002: 251).

7 Ainda segundo o mesmo autor, "nesses assentamentos, até junho de 2001, foram constituídas e estão em operação 49 cooperativas de Produção Agropecuária - CPA (regime coletivista) abrangendo 2.299 famílias, 32 cooperativas de Prestação de Serviços - CPS envolvendo 11.174 famílias e mais sete cooperativas, sendo duas de créditos, duas de trabalho e três de pequenos produtores, totalizando esse conjunto de cooperativas 13.473 famílias envolvidas. Estão em operação nesses assentamentos 70 unidades agroindustriais do SCA - Sistema de Cooperativismo dos Assentamentos, e mais 27 em projeto" (Carvalho, 2002: 251).

8 "Nos assentamentos, em julho de 2000, haviam 1.800 escolas de ensino fundamental (1ª à 4ª série) com 3.800 educadores e 150 mil estudantes; havia 1.200 educadores de jovens e adultos e 25.000 educandos jovens e adultos; 250 cirandas infantis (nome dado pelo MST às creches) e 25 trabalhadores rurais sem terra cursando medicina em Cuba, além de dezenas de outros cursando escolas de nível superior no Brasil. [...] O MST estabeleceu convênios em acordos com 25 universidades, entre públicas e privadas, para a realização de diferentes tipos de cursos" (Carvalho, 2002: 255) e, em janeiro de 2005, fundou sua própria Universidade Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo.

9 As 471 ocupações de terra efetuadas em 2004 tiveram nada mais e nada menos que 49 entidades diferentes. O MST participou em 57% desse total sendo, de longe, a entidade de maior protagonismo. Todas as outras 48 entidades somadas foram responsáveis por 43% do total, segundo o DATALUTA.

10 É essa pobreza genética que torna os agroecossistemas monocultores vulneráveis a insetos e o que chamam pragas, daí o consumo de todo o pacote de inseticida, fungicida, praguicida, assim dependente do consumo de energia importada.

11 Incluo aqui os 29 garimpeiros invasores das terras indígenas assassinados pelos índios Pacaás Novos, na fronteira entre Mato Grosso e Rondônia.

12 Em 2005, segundo o MST, existem cerca de 200.000 famílias acampadas e 350.000 famílias assentadas.

13 Empresa Brasileira de Agropecuárias, instituição nacional reconhecida mundialmente pela excelência de suas investigações científicas e, principalmente, tecnológicas.

14 No processo de negociação iniciado quando o MST se pôs em marcha em maio de 2005 consta a contratação de 4.000 funcionários para o INCRA, reivindicação que vem sendo sistematicamente negado pela área financeira do governo.

15 Dos R\$ 3,7 bilhões destinados ao Ministério da Reforma Agrária, R\$ 2 bilhões estavam bloqueados em maio de 2005 pela área financeira do governo para garantir *superavit* fiscal.

16 Em 2003 o governo havia se comprometido assentar 60.000 famílias e assentou somente 36.000. Em 2004, havia o compromisso de assentar 115.000 famílias e só foram assentadas 81.200 (*Folha de São Paulo*, 15/05/2005).